A questão regional brasileira e as eleições presidenciais de 2026

Hipólita Siqueira

Professora Associada do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ)
Grupo de Pesquisa CNPq Espaço e Poder (https://espacoepoder.org/)
Bolsista Produtividade em Pesquisa C CNPq
Cientista do Nosso Estado Faperj

Desde o referendo do *Brexit* e a eleição de Trump, em 2016, a ascensão da extrema-direita na Europa e EUA passou a ser analisada sob a perspectiva da geografia do voto dos "descontentes" nas regiões "deixadas para trás" (*left behind*). Estas seriam exemplificadas por regiões rurais e/ou de pequenas cidades e regiões desindustrializadas, perdedoras da globalização e dos deslocamentos transfronteiriços de investimentos industriais (Rodriguez-Pose, et al., 2024; Mackinnon, et al., 2024).

Em simultâneo à conjuntura de policrises e de tendências de reconfiguração territorial das cadeias globais de valor, reacendeu-se nos debates acadêmicos e agendas políticas a discussão sobre a importância de políticas industriais articuladas às políticas espaciais (*place based*) para o enfrentamento das desigualdades socioeconômicas regionais, em grande parte, sob a abordagem das missões (Bailey et al., 2023).

Tendo em vista os processos de reprimarização das exportações e de desindustrialização e os efeitos das mudanças climáticas, o atual governo Lula (2023-) lançou, no início de 2024, uma estratégia de neoindustrialização através do plano de ação Nova Indústria Brasil – NIB (BRASIL, 2024). Um de seus princípios é a redução das desigualdades regionais, sob a perspectiva da melhoria do "ambiente de negócios", porém, sem uma missão estratégica para essa questão estrutural e nenhuma preocupação explícita com a concentração regional da atividade industrial.

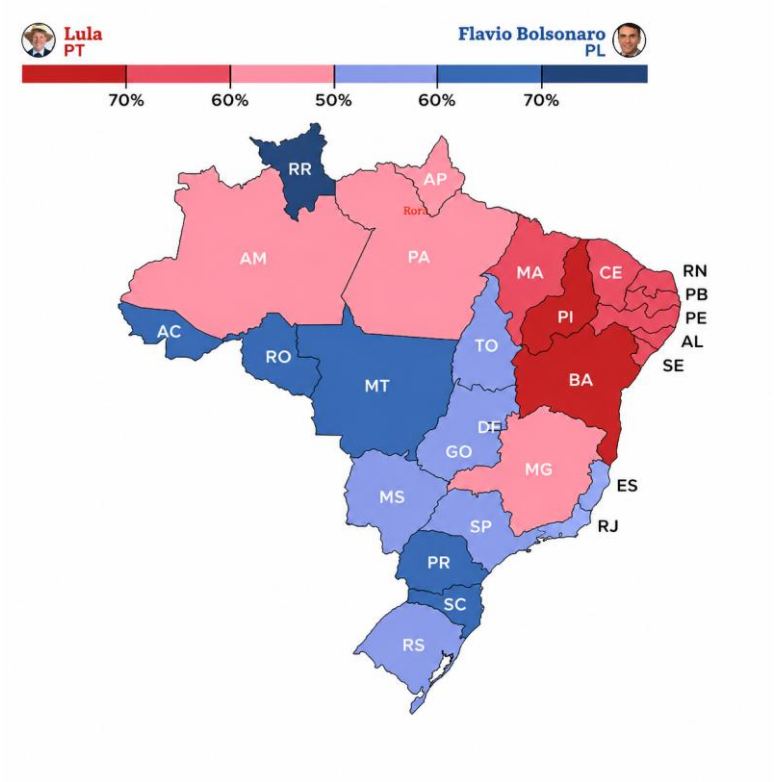
Indo na contramão do que se passava na União Europeia e, mais recentemente, na China e nos EUA, a questão regional brasileira, após seu auge na década de 1970, tornou-se a "enjeitada", nas palavras de Chico de Oliveira. Entretanto, apesar do desprezo acadêmico e falta de centralidade política dessa discussão, a cada eleição presidencial, a questão das desigualdades regionais renasce e assume centralidade no debate público. Muitas vezes, de modo bastante negativo, pautada por preconceitos regionais tristemente arraigados em nossa sociedade.

Comparando com o que se discute sobre a geografia regional dos votos no cenário internacional, notam-se algumas particularidades no contexto brasileiro. A região Nordeste - que, no passado, era sinônimo da questão regional brasileira

- não se tornou bastião da extrema-direita e nem as regiões que mais votaram na extrema-direita são “perdedoras” no sentido econômico e “deixadas para trás” (Sudeste, Centro Oeste e Sul), como sugerem os mapas 1 e 2 abaixo. Nesse momento em que proliferam preconceitos regionais e de todos os tipos após o resultado do segundo turno das eleições de 2026, é importante indicar alguns elementos para investigar a complexidade e heterogeneidade das relações entre o dinamismo econômico regional e a geografia dos votos e reforçar a necessidade de políticas de diversificação produtiva industrial articuladas ao enfrentamento das desigualdades socioeconômicas regionais.

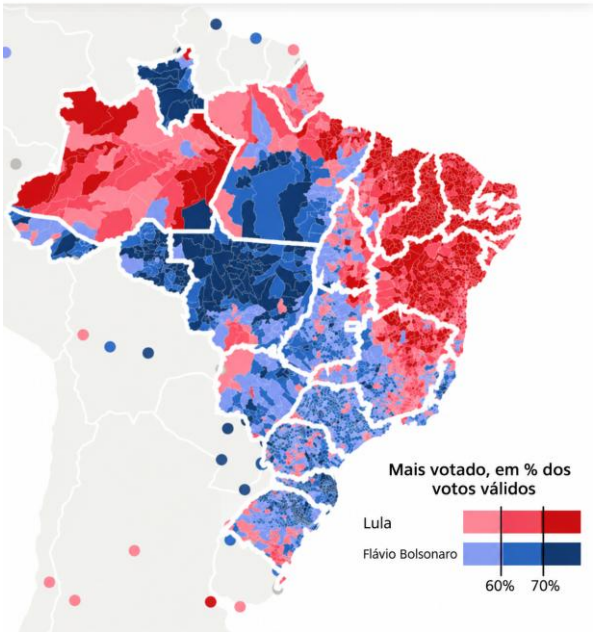
Considerando os dados deste histórico segundo turno de 2026, em que, pela primeira vez, o candidato que perdeu no primeiro turno venceu as eleições (Lula foi reeleito com 51,8% dos votos), é possível ter uma perspectiva geral das relações entre a dinâmica do desenvolvimento regional e das eleições presidenciais. Embora a votação de Lula tenha sido mais expressiva no Nordeste (69,4% dos votos regionais, sendo que os maiores percentuais foram no Piauí, 75,9% e Bahia, 71,3%), avanços eleitorais regionais foram decisivos para a vitória do atual presidente.

Mapa 1 - Brasil: Mapa eleitoral do segundo turno, segundo Estados e percentuais dos candidatos mais votados, 2026



Fonte: TSE. Disponível em https://www.nexojornal.com.br/especial/2026/10/25/apuracao-segundo-turno-eleicoes-2026

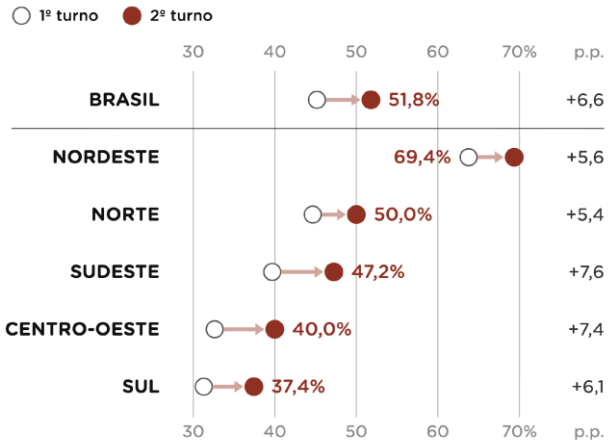
Mapa 2 - Brasil: Mapa eleitoral do segundo turno, segundo municípios e percentuais dos candidatos mais votados, 2026



Fonte: TSE. Disponível em https://www.nexojornal.com.br/grafico/2026/10/25/mapa-mais-detalhado-2-turno-2026

Em termos macrorregionais, a maior vantagem proporcional de Lula entre o primeiro e segundo turno manteve-se no Nordeste (cresceu de 63,8% para 69,4%) (Gráfico 1). No lado oposto, o menor percentual de Lula foi na região Sul, porém, nesta houve um crescimento relativo de Lula no segundo turno, passando de 31,3% para 37,4%. O maior aumento de votos em Lula foi no Sudeste, tanto em termos absolutos (1,9 milhões) como percentuais (7,6%), sendo que Minas Gerais mudou de lado (Flavio venceu com 48,2% no primeiro turno e Lula venceu com 50,4% no segundo turno). Em segundo lugar, em termos de crescimento de votos, Lula aumentou sua votação em 7,4% no Centro Oeste, mudando o seu percentual de 32,6% para 40% entre os dois turnos.

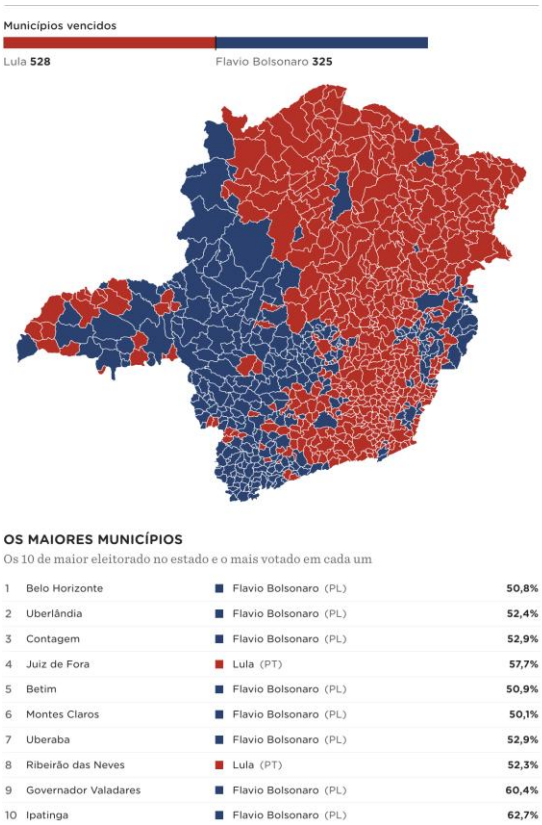
Gráfico 1 – Crescimento dos votos em Lula entre o primeiro e segundo turnos, Brasil e macrorregiões, 2026



Fonte: TSE. Disponível em https://www.nexojornal.com.br/grafico/2026/10/26/lula-flavio-1-turno-2-turno-2026

Em MG, Estado visto como uma espécie de “termômetro eleitoral”, por conta de sua diferenciação socioeconômica intrarregional, quando se observa o mapa das eleições do segundo turno (Mapa 3) é possível visualizar uma disputa territorial heterogênea. As bases da extrema-direita (em azul no mapa) estão mais concentradas no Noroeste de Minas, Alto do Paranaíba, Centro Oeste de Minas, Sul de Minas, partes do Triângulo Mineiro com importantes polos do agronegócio (Uberlândia e Uberaba) e partes da Região Metropolitana. Por outro lado, a vitória de Lula não foi restrita às regiões de menor peso econômico, Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha/Mucuri, cuja tradição tem sido a de acompanhar os votos do Nordeste e onde Lula reforçou o seu predomínio. A “onda vermelha” também alcançou partes da região Central, Rio Doce e Zona da Mata.

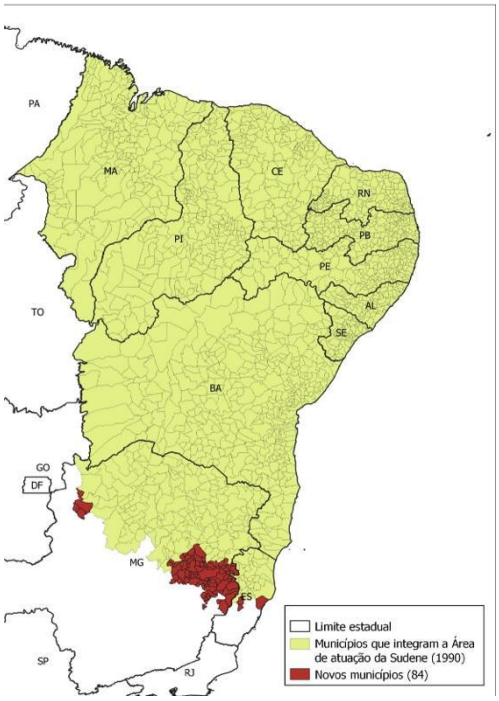
Mapa 3 – Minas Gerais: Candidatos à presidente mais votados no segundo turno, segundo municípios, 2026, em %



Fonte: TSE. Disponível em https://eleicoes.nexojornal.com.br/2026/presidente/minas-gerais/?turno=2

Cabe destacar que, pela Lei Complementar 185, de 6/10/2021, 81 novos municípios mineiros foram incluídos na área da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - (totalizando 249 municípios), além dos 9 estados do NE e da parte norte do Espírito Santo, abrangendo também municípios do Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha/Mucuri e Vale do Rio Doce, como mostra o Mapa 4. Contudo, Governador Valadares, grande município mineiro no Vale do Rio Doce, preferiu Flavio com 60,4% no segundo turno (Mapa 3). Outro contraste pode ser observado na sub-região do Pontal do Triângulo Mineiro (na divisa de MG com Estados de Goiás e São Paulo), onde Lula ganhou em alguns municípios, inclusive Ituiutaba (54% para Lula), região do deputado federal André Janones.

Mapa 4 - Área de abrangência atual da SUDENE



Fonte: SUDENE. Disponível em https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/minas-gerais-conquista-integracao-de-mais-81-municipios-a-area-de-abrangencia-da-sudene-111643

Indo além das análises centradas nos cálculos de votos, é importante compreender como esses resultados se articulam a uma dinâmica de políticas setoriais com impactos regionais distintos, correspondente a um modelo econômico de especialização regressiva em commodities primárias e de ausência de estratégias de diversificação produtiva com centralidade da questão das históricas desigualdades regionais.

Embora, desde o primeiro mandato de Lula, tenham ocorrido movimentos com sinais positivos para a retomada do tratamento das questões regionais (por exemplo, recriação das superintendências de desenvolvimento regionais e criação da Política Nacional do Desenvolvimento Regional e suas várias reformulações recentes), estas não tiveram centralidade na agenda política. Alguns estudos demonstraram que as políticas setoriais tiveram maior relevância do que as políticas regionais “explícitas” (*place based*) na dinâmica econômica regional (Araujo, 2013; Siqueira, 2015; Monteiro Neto, 2024).

Em Siqueira; Brandão (2022), discutiu-se a relevância de políticas de transferência de renda, valorização do salário mínimo, diversos programas sociais de acesso à água e luz, obras de infraestrutura, criação de novos campi de instituições federais de ensino etc. para que ocorressem mudanças importantes, especialmente no Nordeste. Para além dos efeitos socioeconômicos, as políticas do governo federal concorreram com programas políticos locais, desbancando oligarquias regionais e contribuíram para a

emergência de um “novo regionalismo” de centro-esquerda, a partir da formação do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste.

Porém, alerta-se para a necessidade crucial de articulação dessas políticas setoriais com as políticas regionais e seus instrumentos para que haja transformação com diversificação produtiva. Isso é fundamental para evitar que, futuramente, essas regiões mais beneficiadas por políticas sociais não se tornem “descontentes”. Também é importante para a geração de empregos melhores e conter a tendência perigosa de um precariado “descontente” e “uberizado”, vulnerável ao discurso libertário da extrema-direita e do empreendedorismo avesso a políticas públicas.

Apesar da narrativa política da extrema-direita que condena políticas sociais para os mais pobres, em geral e, especialmente na região Nordeste, as regiões Sul e Centro Oeste têm seu dinamismo econômico liderado pela especialização em commodities primárias, apoiadas por volume significativo de recursos públicos. Os recursos do governo federal via crédito rural servem como exemplo. A partir de dados do Ministério da Agricultura e Pecuária, os valores anunciados para o Plano Safra foram de R$ 251 bi, em 2021/22 (Governo Bolsonaro) e de R$ 525 bi, em 2026/27 (Governo Lula 3) https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2026-2027/. Segundo Monteiro Neto (2024), entre 2010 e 2021, o Sudeste recebeu em média 38,7% do crédito rural, o Sul 30,3% e o Centro Oeste 16,4%, totalizando juntas 85,4%. Desse modo, não se caracterizando como regiões “perdedoras” ou “deixadas para trás”. No Centro Oeste, o aumento de percentual foi de 9,3% para 22,3%, entre 2010-21. No caso dessa região, há dúvidas sobre a necessidade de esta ainda ser receptora de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento (FCO), uma vez que já detém o maior PIB per capita brasileiro.

Ainda que haja uma clara divisão macrorregional dos votos, a relação entre essa geografia e a questão das desigualdades regionais é complexa e heterogênea, correspondendo a várias trajetórias econômicas e conjunturas políticas sub-regionais particulares. Nesta breve nota, não cabe tecer análises mais aprofundadas, mas é possível observar que a ascensão da extrema-direita em regiões beneficiadas por significativos recursos de políticas públicas está associada a um modelo econômico dominado pela monocultura e extrativismos que gerou uma reprimarização das exportações brasileiras. Entre os 100 municípios mais ricos do agronegócio, o candidato da extrema-direita venceu em 83 deles. E entre os 10 mais ricos, Flavio venceu em 8 (Sapezal, Sorriso, Campo Novo dos Parecis, Diamantino e Nova Mutum, em Mato Grosso, e Rio Verde, Cristalina e Jataí, em Goiás) e Lula em 2 municípios São Desidério e Formosa do Rio Preto, na Bahia. (https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/flavio-bolsonaro-supera-lula-em-83-municipios-dos-100-mais-ricos-do-agro,2cd2be71f36f21b34c7918e2892c486932mbwgdk.html?utm_source=clipboard)

Desse modo, a leitura dos mapas das eleições presidenciais de 2026 reforça a necessidade de ir além da perspectiva meramente macroeconômica e considerar o que denominamos, em Siqueira (2025 e 2026), de *reprimarização territorial*, processo espacial e geograficamente relevante com implicações ambientais, econômicas, culturais, sociais e políticas.

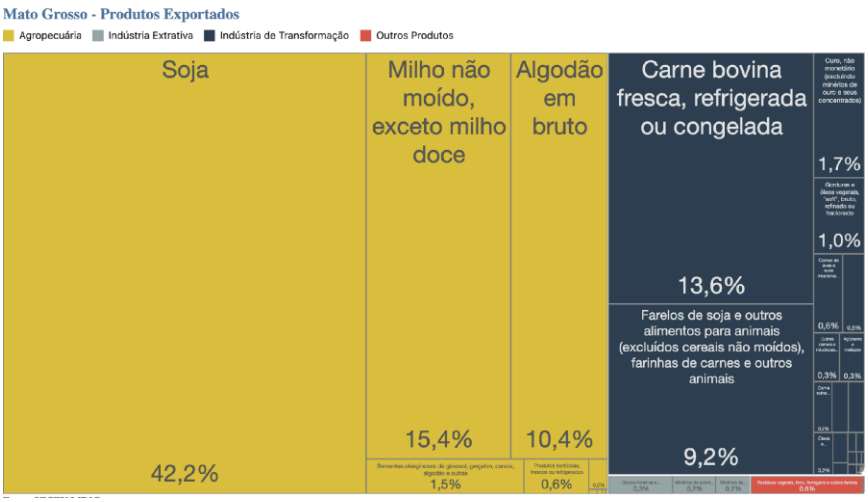
Análises como as de Vecchione-Gonçalves (2026) demonstram que a expansão da fronteira mineral e do agronegócio de várias commodities é uma força significativa para compreender os menores percentuais de Lula na Região Norte (em suas distintas conjunturas políticas intrarregionais), especialmente nas sub-regiões onde predominam concentração fundiária, mineração, pecuária e monocultura da soja (Voto e propriedade da terra: caminhos eleitorais, acumulação de escolhas na extrema-direita e o que recuperar para o 25 de outubro e além)

Nessas regiões, é possível relacionar os votos na extrema-direita com desmatamento, identificação com projetos expansionistas e anseios por maior flexibilização ambiental, conflitos territoriais e fundiários, violação de direitos e autoritarismo. Através dos impactos na renda regional das atividades de serviços e comércio e de mecanismos culturais, os projetos políticos e culturais das elites regionais têm ressonância junto aos pequenos proprietários e na população regional onde há forte especialização em commodities primárias, principalmente do agronegócio. A adesão de pequenos agricultores ao modelo monocultor também se dá via incentivos do governo federal de crédito rural e outros.

Alguns contextos sub-regionais expressam tais relações.

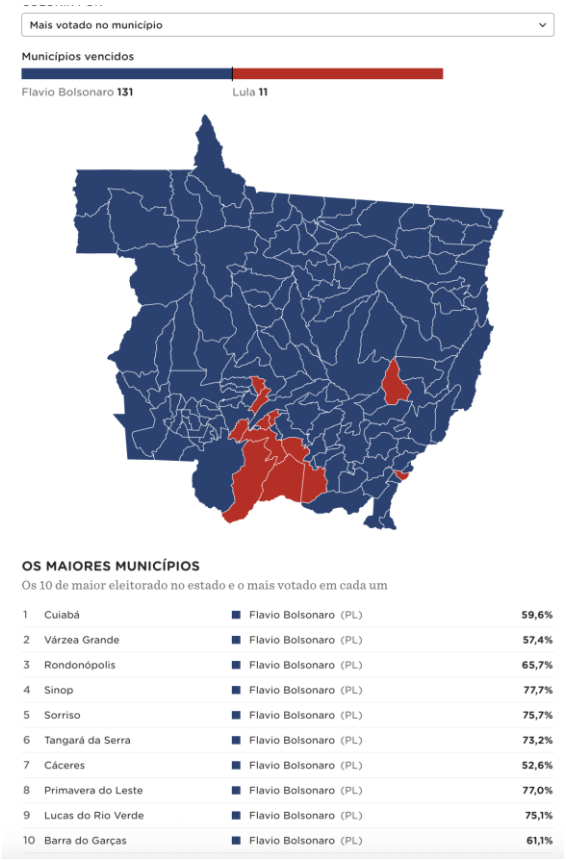
No Estado do Mato Grosso, que é parte da Amazônia Legal e maior exportador de soja do país, é possível observar que, em 2025, soja e farelo de soja representaram mais da metade de sua pauta exportadora, seguidos por milho, carne bovina e algodão (Gráfico 2). Nessa UF, Flavio venceu com 66%, embora cerca de uma dezena de municípios ao sul tenha preferido Lula (Mapa 5).

Gráfico 2 – Pauta exportadora do Mato Grosso, segundo produtos exportados, 2025, em%



Fonte: SECEX/MDIC. Disponível em https://comexstat.mdic.gov.br/en/comex-vis

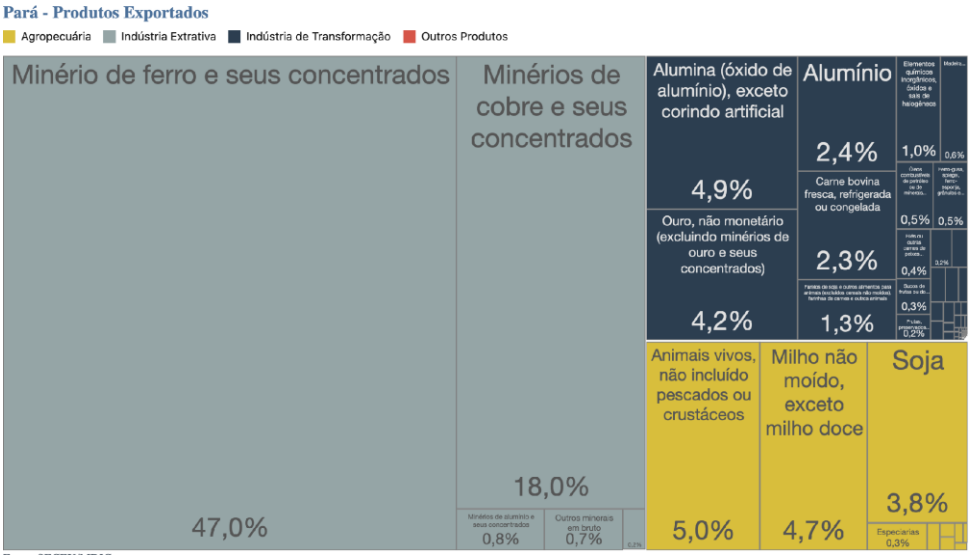
Mapa 5 – Estado do Mato Grosso: Candidatos à presidente mais votados no segundo turno, segundo municípios, 2026, em %



Fonte: TSE. Disponível em https://eleicoes.nexojornal.com.br/2026/presidente/mato-grosso/?turno=2

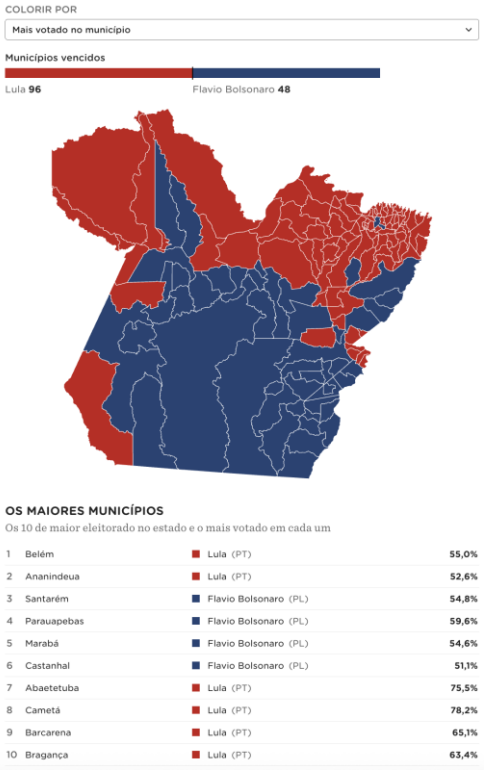
No Estado do Pará, onde as exportações de minério de ferro e seus concentrados foi de 47% de sua pauta (Gráfico 3), Lula venceu com 55%. Porém, em termos intrarregionais, pode-se observar que seu opositor venceu nos municípios do Sudeste e Sudoeste (Parauapebas e Marabá na lista dos 10 mais populosos), regiões em que predominam a mineração e a agropecuária (essa última também com percentuais importantes no total das exportações paraenses, embora relativamente menores do que o do minério de ferro) (Mapa 6).

Gráfico 3 – Pauta exportadora do Mato Grosso, segundo produtos exportados, 2025, em%



Fonte: SECEX/MDIC. Disponível em https://comexstat.mdic.gov.br/en/comex-vis

Mapa 6 – Estado do Pará: Candidatos à presidente mais votados no segundo turno, segundo municípios, 2026, em %



Fonte: TSE. Disponível em https://eleicoes.nexojornal.com.br/2026/presidente/para/?turno=2

Finalizando essa nota com a lembrança da promessa de Lula sobre uma “nova forma de governar este país”, caberia posicionar com centralidade nessa agenda a necessidade de se articular políticas de diversificação produtiva às políticas de enfrentamento às desigualdades regionais (*place based*). Nesse sentido, é crucial rearticular a NIB a uma missão para o desenvolvimento regional, evitando a concentração regional dos investimentos, e fortalecer modelos regionais alternativos ao agronegócio e extrativismos, valorizando a diversidade regional.

Em outras palavras, é necessário que a questão regional tenha centralidade como questão política e de políticas públicas nessa conjuntura de reprimarização territorial e de ascensão da extrema-direita no Brasil.

Referências

ARAÚJO, T. B. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no governo Lula. In: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 157-172.

BAILEY, D.; PITELIS, C.N.; TOMLINSON, P. R. Place-Based Industrial and Regional Strategy – Levelling the Playing Field. **Regional Studies**, v. *57*, n. 6, p.

977-983, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00343404.2023.2168260> Acesso em: 2 nov. 2026.

BRASIL. **Nova indústria Brasil - forte, transformadora e sustentável**: Plano de Ação para a neoindustrialização 2024-2026. Brasília: CNDI, MDIC, 2024. Disponível em <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/brasil-ganha-nova-politica-industrial-com-metas-e-acoes-para-o-desenvolvimento-ate-2033> Acesso em 21 mar. 2026.

MACKINNON, D.; BÉAL, V.; LEIBERT, T. Rethinking 'left-behind' places in a context of rising spatial inequalities and political discontent. **Regional Studies**, v. *58*, n.6, p. 1161–1166, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00343404.2023.2291581> Acesso em: 2 fev. 2026

MONTEIRO NETO, A. A Urgência de Coordenação de Políticas Produtivas no Território: mirando o enfrentamento da crise institucional e econômica recente, de 2015 a 2022. **Texto para Discussão** n.3036. 2024. Ipea. Brasília, DF. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14656/1/TD_3036_web.pdf . Acesso em 5 nov. 2026

SIQUEIRA, H. Novo desenvolvimentismo e dinâmica urbano-regional no Brasil (2004-2012). **EURE**, v. 41, n. 122, p. 261-277, 2015. Disponível em https://doi.org/10.4067/S0250-71612015000100012 Acesso em: 1 mar. 2025.

SIQUEIRA, H.; BRANDÃO, C. Creative strategies for spatial policy making in Brazilian "new left regionalism"?: fighting inequalities and COVID-19 in the north-east region. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, v. 15, p. 141-159, 2022.

SIQUEIRA, H. Reprimarização territorial no Brasil: implicações para o desenvolvimento regional e a urbanização em contexto de transições e policrises. **Boletim 92, IPPUR/UFRJ**, 2025. Disponível em https://ippur.ufrj.br/reprimarizacao-territorial-no-brasil-implicacoes-para-o-desenvolvimento-regional-e-a-urbanizacao-em-contexto-de-transicoes-e-policrises/ Acesso em 9 nov. 2026

SIQUEIRA, H. Tendências de investimento e da dinâmica regional brasileira em tempos de reprimarização territorial. **REDES**, 2026. (no prelo)

RODRÍGUEZ-POSE, A.; BARTALUCCI, F.; LOZANO-GRACIA, N.; DAVALOS, M. Overcoming left-behindedness. Moving beyond the efficiency versus equity debate in territorial development**. Regional Science Policy & Practice,** v. 16, n. 12, p. 1-11, 2024. Disponível em https://doi.org/10.1016/j.rspp.2024.100144 Acesso em: 28 mar. 2026.